



Maria Sousa Galito

Investigadora do CICS-NOVA – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Investigadora do CESA-CSG – ISEG, Universidade de Lisboa



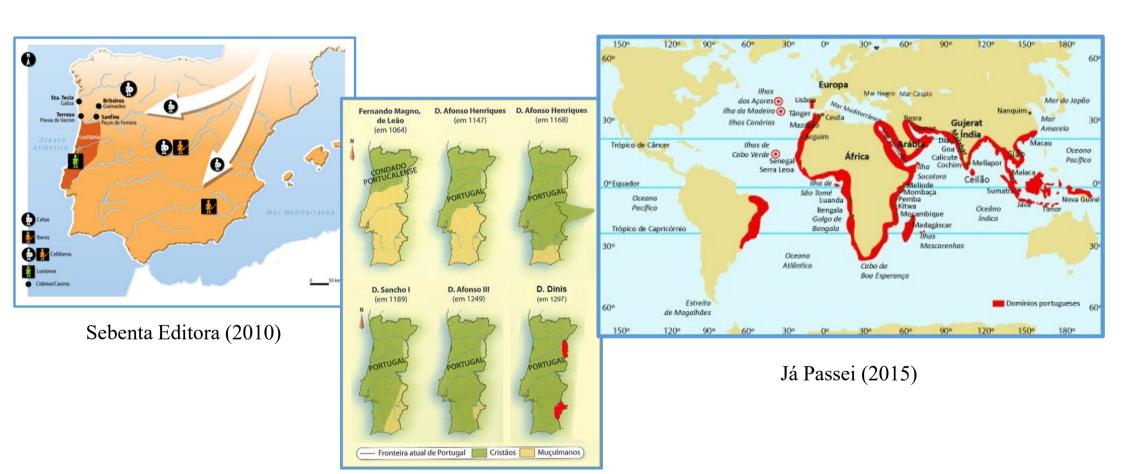


Geopolítica Geografia política Espaço é poder

«(...) uma política estatal correta é a de evitar que as dissensões que ocorrem no interior da sociedade se transformem em conflitos geográficos.» (Ratzel, 1987: 66).

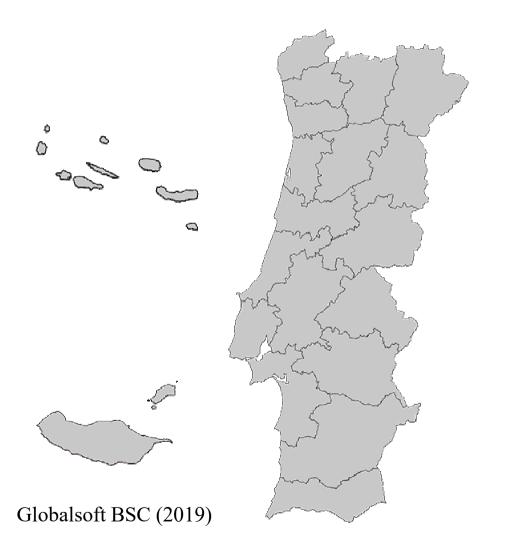
«A geografia política trata da forma e da divisão política dos estados numa determinada época, ou seja, de uma situação estável. A geopolítica, por outro lado, indaga sobre sucessos estatais, os que conduzem a mudanças, alterações e transformações de situações existentes e estuda os resultados (...)» (Hennig e Körhoiz, 1977: 13)

Da Lusitânia ao Império



Capeia Arraiana (2013)

Portugal desde 1999

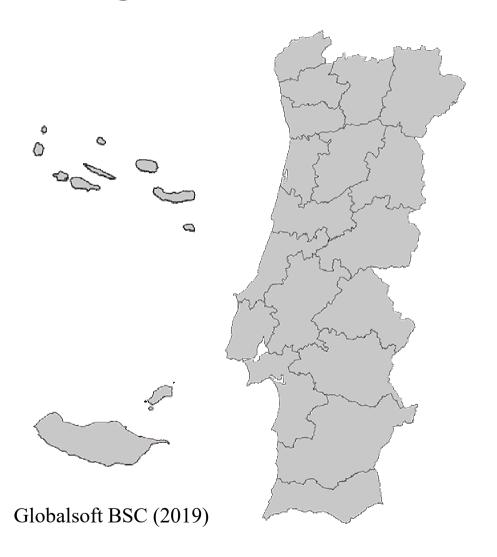


- Portugal é um país
- É um Estado-Nação:
 - Um Estado
 - Uma Nação
 - Uma língua oficial nacional
- Caso raro na União Europeia
- Não é um Estado com Nações (antigos reinos) como Espanha
- Nem uma Federação como a Alemanha

^{*} Português é língua oficial nacional

^{*} Mirandês tem estatuto regional

Portugal desde 1999



- País com soberania condicionada no seio da União Europeia (desde 1986).
- Constituição da República Portuguesa (7ª rev.), artigo 6.º:
- «1. O Estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da administração pública.
- 2. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos e de órgãos de governo próprio.»

Assembleia da República (2005)

- Houve um referendo sobre a regionalização em Portugal em 08/11/1998, cujas propostas foram rejeitadas.
- Em 2018 a questão voltou à agenda política, de forma disfarçada de pró-descentralização.

Exemplo de retórica populista (extremista e antissistema). Congresso AMAlentejo (Portugal — Regionalização ou Municipalização, Troia, 2016): «Meio a sério, meio a brincar, dizia muitas vezes que só seríamos verdadeiramente Alentejo quando tivéssemos bandeira, brasão, hino e orçamento. Com a criatividade que os alentejanos sempre têm demonstrado, não seria difícil conseguir os três primeiros, o último, acompanhado de pessoas livremente eleitas para o gerir, tem sido uma saga de mais de 35 anos sem o conseguir.» (António Aires, 2016: 1).

Aumentaria potencialmente:

- Despesa pública
- Burocracia
- Intermediários (líderes e instituições/níveis de decisão)
- Lutas de poder
- Assimetria entre regiões
- Rivalidade entre regiões (mais do que competitividade ou produtividade) e entre líderes regionais/nacionais que possa colocar em causa o interesse do país.



- A regionalização não implica mais transparência só porque a escala diminui. Pelo contrário, a informação é mais facilmente manipulável por grupos de pressão locais, em ambientes onde todos se conhecem e pouco se fiscalizam. Portanto, a proximidade do poder às pessoas não tem apenas vantagens, pode incrementar a corrupção, o tráfico de influências.
- O êxodo rural e a desertificação do interior não se justificam apenas por o país não estar regionalizado. O problema é a falta de estadistas, porque políticos há muitos, que distribuam eficazmente os recursos e pensem o país de forma articulada, coesa e eficaz.
- «Fraco rei faz fraca a forte gente» (Camões, Os Lusíadas)



- Só o inimigo quer dividir para reinar.
- Importa mudar a mentalidade que desvaloriza o interior, para que os portugueses não tenham vergonha de viver na província, mas cantem mais alto o nome da terra-natal ou da pequena localidade em que vivem, em especial se têm acesso a emprego, alojamento e boa qualidade de vida.
- A aposta é na atração de tecido económico produtivo.
- Mas isso não se consegue através da regionalização e sim com políticas nacionais que avaliem o país no seu todo e o ajude a impulsionar as suas mais-valias de uma forma coesa, eficaz e conjunta.
- Unidos somos mais fortes.



Atualmente, Portugal possui indicadores macroeconómicos em fase favorável, mas que poderão claudicar ao primeiro sinal de crise internacional, mormente porque as dívidas pública e externa são elevadas. O problema não é o modelo de diplomacia económica, é a capacidade de negociação; não é a necessidade de captar fundos comunitários ou IDE, ou as nossas alianças estratégicas, é o nível de dependência em relação a elas.



- Quanto mais poder for transferido para o sistema burocrático de Bruxelas, mais longe fica do povo português.
- A regionalização surge como proposta compensadora, mas é dinâmica que contribuirá para a desintegração do território português como o conhecemos e que poderá tornar-nos vulneráveis se um poder autoritário ascender ao poder europeu.
- Os fundos comunitários são distribuídos com lógica regional e não nacional; e a paradiplomacia promove cooperação infranacional, colocando em diálogo permanente áreas geográficas junto às fronteiras; tudo isto para criar condições à transformação paulatina do bloco regional numa Federação do género Estados Unidos da Europa.
- Visão anti-sistémica, porque tenta criar o que ainda não existe.

